

O PORTEFÓLIO MULTIDISCIPLINAR – MOVIDO ATRAVÉS DO CONCEITO E-PORTEFÓLIO – COMO DISPOSITIVO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR

Élia de Sousa Alves¹
Escola EB 2,3 de Eiriz
elia67sa@hotmail.com

Resumo

Esta comunicação visa partilhar a possibilidade da utilização do portefólio multidisciplinar como dispositivo de integração curricular movido através do conceito e-portefólio.

Da legislação actual ressalta a necessidade de estratégias globalizadas que dão maior enfoque às TIC para que todos os actores sociais as utilizem com naturalidade, bem como uma maior comunicação entre todos, sendo dado voz aos pais.

Trata-se de um cenário que evidencia maior diversidade de estratégias, a possibilidade da criação de comunidades em rede, rentabilizar a inteligência colectiva, maior articulação do local com o global.

Pretendemos evidenciá-lo como dispositivo promotor de aprendizagem e avaliação, bem como da mudança das práticas, perspectivado por um traço bipolar, através do qual todos os intervenientes deverão aprender. Apresenta uma marca dinâmica, que se pautará pela co-responsabilização de alunos, professores e pais.

Neste contexto pretendemos analisar os constrangimentos e potencialidades que limitam ou possibilitam a participação dos alunos, professores e pais na construção do e-portefólio, bem como verificar se as TIC promovem uma maior facilidade de comunicação entre todos.

Decorre do enquadramento dado pela Sociedade em rede, da Informação e do Conhecimento, pelo *European Institute for E-learning* e pelo Programa – Ligar Portugal –, o qual refere que em 2010, os estudantes devem ser portadores do e-portefólio.

Introdução

É nosso propósito nesta comunicação/poster apresentar o nosso projecto de investigação onde são explanadas algumas ideias acerca do portefólio movido através do conceito e-portefólio, o qual decorre do contexto social das TIC. Em discussão emerge o conceito do portefólio multidisciplinar como dispositivo de integração curricular. Neste processo, transparece o traço bipolar e o carácter dialógico que este apresenta, dando especial destaque à avaliação formativa. Na sociedade em que vivemos cada vez mais as famílias são solicitadas a participar no processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos, veiculando o princípio de maior facilidade de comunicação entre todos os actores sociais. Para melhor operacionalização criámos a seguinte estrutura: Contextualização do estudo, Problema, Objectivos, Método e Resumo - Em jeito de reflexão final.

1 – Contextualização do estudo

Preocupados com as mudanças que se operam na sociedade, a tutela vai decretando legislação² que permita a todos os cidadãos terem uma educação de qualidade.

Vários organismos nacionais³ e internacionais⁴ preocupados com a certificação, a transparência, a mobilidade e a transferência de conhecimentos lançam desafios que permitam a todos os actores sociais verem reconhecidas as suas competências. Neste contexto surge o portefólio movido através do conceito e-portefólio, o qual integra aprendizagens formais e não formais, permitindo o respeito pela individualidade de cada um.

Da legislação emana a importância do desenvolvimento do espírito crítico, de práticas democráticas, do envolvimento de todos nos processos educativos, dando especial destaque aos alunos, docentes e famílias.

Decorre a necessidade de articulação não só dos actores sociais, mas também dos processos, dos meios e do currículo ser integrado de forma real e significativa.

De modo a operacionalizar as intencionalidades previstas na LBSE e a restante legislação é dado um enfoque especial aos temas transversais, os quais devem ser trabalhados e articulados entre si. Parte-se de uma abordagem de problemas e do desenvolvimento de projectos de natureza interdisciplinar, permitindo a integração natural das aprendizagens específicas das diferentes áreas do conhecimento. Neste processo, as *tecnologias de informação e da comunicação*, embora de carácter instrumental, integram o currículo nacional.⁵

Paralelamente é dado realce à educação para a cidadania, ao domínio da língua portuguesa e a valorização da dimensão humana do trabalho, sendo, mais uma vez, reforçado o uso das tecnologias de informação e comunicação como formações transdisciplinares. Estas últimas⁶ devem conduzir à certificação e aquisição das competências básicas neste domínio.

Neste sentido, parece-nos, então, pertinente referir que as TIC serão, aqui, utilizadas não como objecto de estudo, mas sim como um dispositivo natural que decorre das transformações que se operam na sociedade devendo estar ao serviço de todas as áreas curriculares disciplinares e curriculares não disciplinares, preparando e rentabilizando os recursos que são colocados à disposição das escolas, em particular, e na sociedade, em geral.

Como referimos, deparamo-nos com legislação e estratégias globalizadas que dão maior enfoque às TIC para que todos os actores sociais as utilizem com naturalidade, permitindo, assim, a criação de e-portefólios onde os processos estejam reflectidos de forma significativa. Trata-se de um cenário que evidencia uma maior diversidade de estratégias, a possibilidade da criação de comunidades em rede, rentabilizar a inteligência colectiva, maior articulação do local com o global. Com destaque para a possibilidade da transferibilidade e do desenvolvimento de

competências, a estimulação do trabalho colaborativo, a utilização de linguagem actualizada, maior facilidade na pesquisa, contacto com a tecnologia de ponta, o que torna todo o processo mais apelativo e significativo, uma vez que decorre no e do contexto social das TIC.

No cenário que se desenha, a temática deste projecto irá incidir sobre o portefólio multidisciplinar como dispositivo de integração curricular, promotor de aprendizagem e avaliação, bem como da mudança das práticas. Este terá um carácter bipolar e dinâmico, o qual se pautará pela co-responsabilização de alunos, professores e pais, bem como deverá promover o trabalho colaborativo entre pares.

Decorre do enquadramento dado pela Sociedade em rede, da Informação e do conhecimento e pelas directrizes traçadas pelo *European Institute for E-learning* (EiFEL), no que tange às comunicações.

Concomitantemente no Programa Nacional para a Sociedade de Informação – Ligar Portugal –, é referida a necessidade de em 2010 todos os estudantes serem portadores de um e-portefólio, devendo esta premissa ser assumida Nacional e Internacionalmente.

Daqui emerge a necessidade da modernização e abertura do ambiente escolar, criando ambientes de trabalho virtuais para os estudantes, documentos de apoio em formato electrónico, sistemas de acompanhamento dos alunos por pais e professores e a participação em projectos de cooperação nacionais e internacionais. Evidencia-se a generalização do dossier individual electrónico, portefólio, do estudante que termina a escolaridade obrigatória. Nele estarão todos os seus trabalhos relevantes e evidenciar-se-ão as práticas utilizadas nos diferentes domínios: artístico, científico, tecnológico, desportivo, entre outros. Esta deverá ser uma metodologia de trabalho para professores e alunos e não um simples amontoado de tarefas e trabalhos.

Paralelamente, é possível verificar na legislação a relevância que é dada à avaliação das aprendizagens, a qual é entendida como um processo regulador das mesmas. Neste sentido, será dado destaque à avaliação formativa, a qual se integra no objecto de estudo.

Iremos, então, debruçarmo-nos um pouco sobre a legislação que lhe dá cobertura, sobre uma nova concepção, a qual emerge da necessidade de entendermos o conhecimento como um todo, onde a soma das partes é maior que o todo, onde à semelhança dos actores sociais, das pessoas que existem em cada ser, devem ser respeitados os diferentes ritmos de aprendizagem, as diferentes culturas, onde tudo interage sem perder a individualidade. Deste modo, propomo-nos a tentar perceber se o portefólio movido através do conceito e-portefólio promove a integração curricular, se é simultaneamente de aprendizagem e de avaliação, se apresenta um carácter bipolar, e, para sermos mais concretos, se com este dispositivo aprendem diferentes actores sociais (alunos, professores e pais). Em suma, propomo-nos descortinar a verdadeira

“personalidade” deste dispositivo, tentando captar a sua essência, as diferentes sinapses que são estabelecidas, fluindo nas várias acepções e direcções, onde os pilares permanecerão vigorosos. Sá-Chaves (2005: 13) refere que “Os ‘Portefólios’ Reflexivos (também) trazem gente dentro” e nós arriscaríamos a dizer que cada portefólio é gente em maturação.

Comummente encontrámos literatura sobre portefólios disciplinares, continuando com as paredes estanques e herméticas das diferentes disciplinas, mas, no que concerne à literatura sobre portefólios multidisciplinares, ela é escassa ou quase inexistente.

Parece-nos, pois, pertinente mencionar que o objecto de estudo será o portefólio multidisciplinar⁷ como dispositivo de integração curricular, o qual tem como suporte o formato digital, pelo que carece de reconceptualização da terminologia passando de portefólio para e-portefólio, permitindo integrar as TIC de forma transversal, tal como está consagrado na legislação, bem como para rentabilizar recursos e estar em conformidade com as exigências da sociedade actual.

2 – Problema

*O ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma
pela qual os educandos possam participar na avaliação.
É que o trabalho do professor é o trabalho do professor
com os alunos e não do professor consigo mesmo.
Freire (1998:71)*

Em consonância com a LBSE foi emergindo legislação que permitisse aos profissionais da educação operacionalizarem os seus princípios inerentes. Para além dos vários aspectos que são veiculados é reconhecida a importância de uma mudança nas práticas, a qual tem em vista a melhoria das aprendizagens e o desenvolvimento profissional. Ao longo dos tempos, constata-se uma mudança no conceito de escola e do profissional da educação. De acordo com Estrela (2001: 121), aos professores, são acrescentadas as funções de educador moral, especialista de desenvolvimento e da aprendizagem, técnico de desenvolvimento curricular, especialista de saberes de ensino, avaliador, orientador escolar, dinamizador da vida escolar, analista de sistemas e instituições, inovador, investigador, agente de mudança social.

No que concerne à avaliação, esta é encarada numa outra perspectiva, passando a constituir-se como “um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelo aluno.”⁸ Apresenta as modalidades de avaliação diagnóstica, de avaliação formativa e de avaliação sumativa. A avaliação diagnóstica deve

articular-se com “estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar”; a avaliação formativa, por sua vez, “recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorrem, tendo como uma das funções principais a regulação do ensino e da aprendizagem, a avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos.

Com a nova reorganização curricular, emergem novas abordagens social-construtivas e ecológicas, as quais apresentam o currículo como um projecto aberto, flexível e integrado; a escola que aprende na reflexão e na avaliação participada em interacção com a comunidade; os professores tornam-se “construtores críticos do currículo”; os alunos transformam-se em construtores críticos do conhecimento, numa lógica de desenvolvimento de competências, nomeadamente do *aprender a aprender* e da cidadania activa; e a inovação emerge dum processo “complexo, dinâmico e aberto de construção cultural, social e política de mudança”, Alonso (2006: 02).

Concomitantemente, a autora (*idem*: 03) apela à criação de “contextos ecológicos acolhedores de diversas experiências/saberes desafiadores, da procura, da crítica, da autonomia, da partilha, os quais são indispensáveis para a aprendizagem ao longo da vida”, pelo que é fundamental a estimulação da competência de *aprender a aprender*, na qual está presente a auto-regulação da aprendizagem, que envolve tarefas de planificação, monitorização e avaliação do processo de aprendizagem pelo próprio aluno, através da aquisição de estratégias metacognitivas para organizar autonomamente este processo. Considera, ainda, que a estratégia mais adequada para construir competências visa “a existência de um contexto pessoal e social significativo; a aquisição, mobilização, a capacidade de relacionar e (re)criar um maior número de conhecimentos pertinentes na investigação e resolução de problemas utilizando estratégias diversificadas; a avaliação e reflexão sobre os processos e os resultados”.

Neste contexto, os profissionais de educação têm necessidade de adequar estratégias e metodologias que possam respeitar os interesses nacionais e pessoais do sujeito aprendente, permitindo o desenvolvimento de competências. Trata-se de uma tarefa complexa que solicita e valoriza a construção de saberes, partindo-se de processos reflexivos e participados, onde professores e alunos são co-responsáveis no processo de ensino-aprendizagem, emergindo uma cumplicidade útil entre o desenvolvimento integrado do aluno e o desenvolvimento profissional do professor (Viana, 2007).

De acordo com o supracitado, pressupõe-se que todas as áreas curriculares actuem em convergência para uma visão global e integradora do currículo visando a criação de um *Projecto*

Curricular Integrado, do qual emerge a realização de *actividades integradoras*, que se desenvolvam através de uma metodologia de investigação de problemas com uma abordagem globalizadora permitindo a emergência de *competências-chave* (Alonso, 2006; Beane, 2002).

Corolariamente, e de acordo com o supramencionado, o portefólio apresenta-se como um dispositivo articulador e integrador do currículo, pelo que identificamos o problema:

Em que medida, o portefólio multidisciplinar, é um forte dispositivo de integração curricular, de aprendizagem e de avaliação, no qual todos os actores aprendem promovendo a mudança de práticas, numa dialéctica constante rumo à reconstrução social, onde os projectos integradores visam o sucesso?

3 - Objectivos

Com a realização deste estudo, pretendemos vir a compreender se o portefólio multidisciplinar, movido através do conceito e-portefólio, fomenta a integração curricular, articulando as várias áreas disciplinares e não disciplinares, rompendo as paredes estanques das mesmas. Observar se através de projectos integradores são mobilizadas as várias áreas do conhecimento, estimulando as competências essenciais para que os cidadãos se tornem em cidadãos activos, críticos, criativos, respeitando a sua identidade e a dos outros no saber, no saber fazer, no saber estar, no ser, no saber agir e no saber decidir, *na acção e para a acção*.

Analisar os constrangimentos e potencialidades que limitam ou possibilitam a participação dos alunos, professores e pais na construção do e-portefólio.

Organizar um programa de e-portefólios multidisciplinares, teoricamente fundamentado e adequado à prática.

Será, ainda, analisado o tipo de intervenção/acompanhamento dos pais na construção do portefólio/e-portefólio.

3.1 - Importância do estudo

De acordo com as tendências actuais, emerge da legislação e de estudos realizados, a necessidade de mudança das práticas. Estas veiculam uma maior responsabilidade de todos os actores sociais, deixando de estar apenas a cargo do professor, passando o aprendente a ser “detentor” do seu processo de ensino aprendizagem e da avaliação.

A avaliação deve articular o passado, o presente e o futuro. De acordo com Méndez (2002) e Villas Boas (2008) esta existe de forma exigente e articulada para dar cumprimento à sua função principal que é servir para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Vários autores (Zeichner, 2000); (Pacheco, 1998); (De Ketele, 1993); (Fernandes, 2008) e Villas Boas (2008) apelam à dimensão formativa, uma vez que é esta que fornece o feedback dando a conhecer os aspectos positivos e negativos aos alunos. É a partir daqui que é reformulado o trabalho pedagógico do professor, o qual toma o aluno como referência (Villas Boas, 2008). A avaliação formativa torna-se numa grande aliada do aluno e do professor.

Os Encarregados de Educação são chamados a intervir no processo de avaliação⁹.

Concomitantemente, o respeito pela identidade e os diferentes ritmos de aprendizagens, buscam a necessidade da utilização de metodologias e estratégias diversificadas com o intuito de se obter o sucesso real para todos. Neste contexto, o portefólio reflecte-se como um dispositivo capaz de responder à diversidade que é exigida, permitindo a integração curricular de forma harmoniosa e progressiva.

Falar do conceito portefólio já não é novidade para quase “ninguém”. Existem bastantes trabalhos empíricos realizados neste âmbito. Não obstante, ao olharmos para a realidade portuguesa, deparamo-nos com um cenário um pouco diferente, pois a sua utilização no quotidiano é ainda escassa (Costa, Raleiras, Peralta & Rodrigues, 2006). Apesar das primeiras experiências terem ocorrido na década de 90 com o portefólio de papel, nesta mesma década, nos Estados Unidos, já emergiam os e-portefólios. Estamos em 2009, passadas duas décadas e vemos profissionais da educação na ânsia de utilizarem terminologia moderna, adoptando-a, por vezes, sem compreenderem a sua essência.

Conscientes de que a escola não educa sozinha, que os *media* são detentores dum peso muito grande no que respeita a educar, embora nem sempre conscientes deste facto, os comerciantes, ávidos pelos lucros, vendem “portefólios”, como se de algo estático se tratasse.

As crianças no seu dia-a-dia referem que têm um portefólio e tiram das suas mochilas um simples dossiê que efectivamente está “baptizado” de portefólio. Certos de que, nesta comunidade aqui presente, esta realidade parece utópica, mas retrata muitos dos contextos ao longo do nosso Portugal, onde o dispositivo pode estar a ser banalizado (Veiga Simão, 2005).

Deste modo, este estudo torna-se necessário e importante, na medida em que há a necessidade de se identificarem e compreenderem boas práticas e posteriormente serem partilhadas e reflectidas as experiências, não para serem copiadas, mas apenas para servirem de referenciais demonstrando que as práticas concretizadas são exequíveis e não se remetem apenas a uma minoria. Veiculando uma cultura de partilha, há que estabelecer sinapses dando lugar à emergência de novas realidades que poderão despoletar de experiências já vivenciadas, não

esquecendo que deverá haver o cuidado de respeitar os contextos de cada escola, a comunidade educativa, no geral, e, em particular, os interesses dos seres aprendentes.

Reforça-se, ainda, que esta experiência será realizada com o intuito de promover a mudança de práticas educativas dentro do próprio contexto onde o estudo vai ser desenvolvido.

4 – Método

De acordo com Pacheco (1995: 09), uma investigação de âmbito educacional caracteriza-se por “uma actividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objecto de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos educativos.”, pelo que a mesma se deve pautar pela sistematização, rigor científico e adequar ao objecto de estudo.

Neste sentido, a selecção do paradigma de investigação é determinante para qualquer investigação. Este vai delinear a tomada de decisões por parte do investigador no que concerne à metodologia a ser implementada. Deste modo, dadas as características do objecto em estudo, apontamos como melhor enquadramento o paradigma qualitativo.

Esta abordagem, também, é designada de abordagem interpretativa, de fenomenológica, naturalista, humanista ou etnográfica, a qual engloba um conjunto de correntes cujo interesse se centra no estudo dos significados das acções humanas e as quais ocorrem num contexto determinado.

Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos (Bodgan e Biklen, 1994).

No que concerne ao Estudos de caso, há a exploração de um único fenómeno, limitado no tempo e na acção, onde o investigador recolhe informação detalhada.

Refira-se que o desenho dos estudos qualitativos, pelas suas características holísticas e interpretativas, é flexível e adequa-se de forma particular ao objecto de estudo, não obedecendo a uma estrutura demasiado rígida. Este vai evoluindo ao longo da investigação o que permite um maior aprofundamento e detalhe dos dados.

Reiterando a problemática em questão, onde os actores sociais tiveram um papel fulcral em todo o processo, permitindo a integração curricular através do portefólio multidisciplinar, onde a mudança das práticas se afiguram como meta a conseguir, no qual o investigador teve um papel preponderante em todo o processo, este estudo insere-se numa postura interpretativa/compreensiva com características de investigação-acção.

De acordo com Viana (2007: 67), a investigação-acção “valoriza as experiências dos indivíduos, desenvolvendo teias de implicação, que são favoráveis à mudança. Permite desenvolver uma

reflexão sobre a acção, da qual resulta uma flexibilidade para articular e relacionar o passado, o presente e futuro.”

Nesta linha de acção, o papel assumido foi de investigador participante, colaborando com os professores investigados de acordo com o solicitado.

4.1. Abrangência do projecto (sujeitos da população e amostra)

Tendo em conta a investigação de carácter qualitativo, na qual se pretende investigar um fenómeno e o seu contexto real, nomeadamente o processo de instauração do portefólio multidisciplinar, movido no conceito de e-portefólio, este estudo foi desenvolvido numa escola com características duma EBI. Optámos por esta escola pelo facto de nas suas práticas ser utilizada a metodologia de projecto, bem como ter existido a tentativa de utilização do portefólio.

Tendo em conta que esta escola apresenta uma organização própria seleccionámos três professores tutores dos três núcleos, nomeadamente: Iniciação, Consolidação e Aprofundamento. Foram seleccionados três portefólios para análise correspondendo um a cada núcleo em conformidade com os critérios aferidos.

5 – Resumo - Em jeito de reflexão final

Este estudo encontra-se ainda a decorrer, tendo-se iniciado neste ano lectivo, ou seja 2008/2009, estando na fase final.

Neste contexto, parece-nos pertinente integrar o portefólio multidisciplinar como dispositivo de integração curricular e promotor da mudança das práticas, bem como ser capaz de proporcionar uma visão mais holística do trabalho desenvolvido e apreendido.

Esperamos vir a poder evidenciar que o portefólio é um dispositivo que permite a todos aprenderem, pelo que apresenta um carácter bipolar.

Perrenoud (2000) alerta para o facto das crianças nascerem numa cultura “em que se clica” e que o dever dos professores será inserir-se no seu universo, pelo que cita o nome de uma revista “Se não se ligar, a escola se desqualificará”.

A escola deve tornar-se num espaço onde são facultados os meios para construir o conhecimento, atitudes e valores e adquirir competências. Só assim a Escola será um dos pilares da sociedade do conhecimento. (*Livro Verde para a Sociedade da Informação*, 1997).

Em conformidade com o supracitado, o portefólio multidisciplinar parece tornar-se num dispositivo que permite a mudança de práticas, nas quais é possível articular as diferentes

variáveis: integração curricular, realizar projectos integradores, promover o sucesso para os diferentes actores, regular as aprendizagens mediando o processo, responsabilizar os intervenientes, promover a autonomia, usar metodologias diferenciadas, experiências diversificadas, integrar a avaliação no currículo, bem como estar ao seu serviço, respeitar diferentes ritmos de aprendizagem e a individualidade do ser aprendente. Para melhor operacionalização este será movido através do conceito e-portefólio.

Não nos podemos esquecer que somos viajantes aprendentes num espaço-tempo, inseridos numa sociedade de aprendizagem, de informação, de conhecimento, onde a formação, ora por vezes formal ora não formal, (re)constrói a nossa identidade como *seres-no-mundo* em *si-no-mundo*, na qual as capacidades estética-expressiva e moral-prática promovem a transmutação para uma autoria actuante repleta de saberes científicos, criativos, empíricos, interpelantes e interpretativos.

Deste modo, é tempo de ser autor, de mudar a trajetória, de (re)construir a identidade.

¹ A desenvolver um Projecto de Investigação conducente ao grau de Mestre em Educação, área de especialização em Desenvolvimento Curricular, sob a orientação da Professora Doutora Isabel Carvalho Viana, Departamento de Currículo e Tecnologia Educativa, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

² Lei de Bases do Sistema Educativo, Currículo Nacional do Ensino Básico, DL. n.º 6/2001.

³ Administração Central, Sociedade em rede, da Informação e do Conhecimento

⁴ *European Institute for E-learning* (EiFEL)

⁵ Currículo Nacional Ensino Básico

⁶ *in* Dec-lei n.º 6/2001 - Artigo 6º - Formações transdisciplinares - ponto 2

⁷ Metodologia de trabalho que apresenta as características/essências do portefólio acrescido de projectos integradores onde são articuladas as várias dimensões “(integração das experiências, integração do social, integração do conhecimento e integração como concepção curricular), sem considerar as fronteiras das áreas de estudo. É uma concepção de currículo que procura relações em todas as direcções” (Beane, 2003: 98).

⁸ *in* Dec-lei 6 de 2001.

⁹ Despacho Normativo n.º 1/2005, o qual Estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação das aprendizagens e competências dos alunos dos três ciclos do ensino básico, no separador Intervenientes, ponto sete, aparece a intervir no processo de avaliação, na alínea e), o encarregado de educação.

Referências Bibliográficas

- Alonso, L. (2006). *Formação ao longo da vida e aprender a aprender*. In Debate sobre a Educação. Braga: Universidade do Minho. www.debatereducacao.pt/relatorio/files/CpIV16.pdf acedido a 08/05/15
- Beane, J. (2002). *Integração Curricular: A Concepção do Núcleo da Educação Democrática*. Lisboa: Didáctica Editora.
- Beane, J. (2003). *Integração Curricular. A essência de uma escola democrática*. CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS, v.3, n.2, Jul/Dez 2003, pp. 91-110.
www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/beane.pdf acedido a 08/05/20
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora
- Estrela, T. (org.) (2001). *Ser professor no limiar do século XXI*. Porto: ISET.
- Fernandes, D. (2008). *Avaliação das Aprendizagens: Desafio às Teorias, Práticas e Políticas*. Lisboa: Texto Editores.
- Freire, P. (2007). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra. 35ª Edição.
- Lima, J.& Pacheco, J. (2006) *Fazer investigação* Contributos para a elaboração de dissertações e teses. Porto: Porto Editora.
- Méndez, A. (2002). *Avaliar para conhecer, examinar para excluir*. Porto: Edições ASA. Cadernos Criap, n.º 30.
- Pacheco, J. (1995). *O Pensamento e a acção do professor*. Porto: Porto Editora
- Oliviera, L. & Alves, P. (org.) (2006). *Actas do 1º Encontro sobre e-Portefólio/Aprendizagem Formal e Informal*. Braga: Universidade do Minho. (29-46; 47-56;).
- Perrenoud, P. (2000). *10 Novas competências para ensinar*. Porto Alegre: ArteMed Editora.
- Sá-Chaves, I. (2005) (org.). *Os “Portefólios” Reflexivos (Também) Trazem Gente Dentro. Reflexões em Torno do seu Uso na Humanização dos Processos Educativos*. Porto: Porto Editora.
- Viana, I. (2007). *O Projecto Curricular de Turma na mudança das práticas do Ensino Básico. Contributos para o desenvolvimento curricular e profissional nas escolas*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Villas Boas, B. (2006). *Portefólio, Avaliação e Trabalho Pedagógico*. Porto: Edições ASA.
- Villas Boas, B. (2008) *Virando a Escola do Avesso por meio da Avaliação*. Campinas, SP: Papyrus Editora
- Zeichner, K. (1993). *A formação reflexiva de professores: Ideias e Práticas*. Lisboa: Educa.
<http://www.eife-l.org/publications/eportfolio/> acedido a 08/06/30
http://www.gave.min-edu.pt/np3content/?newsId=31&fileName=decreto_lei_6_2001.pdf acedido a 08/06/30

<http://www.ligarportugal.pt/> acedido a 08/06/30

Legislação

Decreto Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro

DEB (2001b). *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação.

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro.

Despacho Normativo n.º 1/2005. Estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação das aprendizagens e competências aos alunos dos três ciclos do ensino básico.